

**HABEAS CORPUS Nº 570.698 - SP (2020/0079987-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : JOSIANNE PAGLIUCA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : JOSIANNE PAGLIUCA DOS SANTOS - SP408670  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : REGINA EVANGELISTA BARBOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A *QUO*. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. TESES SUBSIDIÁRIAS. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. AÇÃO DE NATUREZA MANDAMENTAL QUE EXIGE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ÔNUS QUE COMPETE AO IMPETRANTE. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE.

*Writ* liminarmente indeferido.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Regina Evangelista Barbosa**, indicando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, mediante decisão monocrática, indeferiu o processamento da Reclamação n. 2282870-26.2019.8.26.0000.

Interposta reclamação na origem, o Relator não a conheceu por entender ser imprescindível *aguardar o prazo para a interposição de recurso aos Tribunais Superiores transcorrer in albis como condição para a aplicabilidade da tese fixada no incidente e, em consequência lógica, para o conhecimento de Reclamação. No caso, não foram esgotadas as instâncias ordinárias e pendem de julgamento Embargos de Declaração opostos no incidente em foco, inviabilizando o conhecimento da Reclamação* (fls. 8/9).

No presente *writ*, a impetrante sustenta a necessidade de deferir a progressão de regime em favor da paciente, uma vez que seu comportamento carcerário é favorável e já foi preenchido o requisito objetivo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem a fim de corrigir o

# Superior Tribunal de Justiça

cálculo das penas para que conste a data-base de 18/11/2018 para a progressão para o regime aberto, bem como o deferimento, com urgência, de sua progressão para o regime aberto. Subsidiariamente, requer-se seja determinada a correção do cálculo e a análise, imediata, pela MM. Magistrada de primeiro grau, para a progressão pleiteada (fl. 7).

É o relatório.

O presente *writ* não comporta processamento, devendo a inicial ser liminarmente indeferida.

Com efeito, observa-se que o *habeas corpus* se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a qual seria cabível agravo regimental, o que impossibilita o conhecimento desta impetração.

Nesse sentido, anoto que a provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (AgRg no HC n. 423.705/RS, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 5/4/2018).

No mesmo sentido, dentre outros, o AgRg no HC n. 417.354/PR, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 24/11/2017; e o RHC n. 53.840/MS, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/5/2015.

Ademais, a impetrante não se desincumbiu do ônus de instruir suficientemente o *writ* com a cópia da decisão que denegou o pedido de progressão de regime proferido pelo Juiz singular, peça essencial para a verificação da verossimilhança das alegações e que poderiam dar suporte à premissa da defesa.

Como é sabido, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em virtude de seu escopo, natureza urgente e, por essa razão, não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, a qual deve ser trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, o pedido trazido pela defesa - para que seja deferida a progressão de regime - também não poderia ser analisado por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de supressão de instância, uma vez que a matéria não foi discutida pela Corte *a quo*.

Em face do exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator